



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Recurso em Sentido Estrito nº 0001588-09.2014.8.17.0000 (0327197-8)
Comarca: Tracunhaém
Vara: Vara Única
Requerente: David Felipe da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. MATERIALIDADE DO FATO E DA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL. TESE NÃO ACOLHIDA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DESPROVIDO.

1. A pronúncia está fundamentada aos limites da indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria, em que o juiz declarou o dispositivo legal em que julgou incurso o acusado e especificou as circunstâncias qualificadoras, sem aprofundar qualquer juízo de condenação.
2. Havendo duas versões dos fatos, nesta fase de admissibilidade da acusação, eventuais dúvidas devem ser dirimidas segundo o princípio do "in dubio pro societate" e não haverá qualquer prejuízo para o Ministério Público ou para a Defesa, pois todos os aspectos do fato serão devolvidos ao conhecimento do Conselho de Sentença
3. Recurso em Sentido Estrito desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos de Recurso em Sentido Estrito, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, em desprover o recurso em sentido estrito, conforme consta na ata de julgamento, relatório, voto e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 01 de julho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Recurso em Sentido Estrito nº 0001588-09.2014.8.17.0000 (0327197-8)
Comarca: Tracunhaém
Vara: Vara Única
Requerente: David Felipe da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO:

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Defensor Público do requerente contra a decisão do MM. Juízo *a quo* que o pronunciou como incurso nas sanções do art. 121, §2, II, c/c art. 14, inciso II, ambos do CP.

O Recorrente nas razões do Recurso, às fls. 80/83, requer a desclassificação do delito de tentativa de homicídio para o delito do art. 10, inciso III, da Lei 9.437/97, ante a ausência do dolo na conduta praticada pelo réu.

Contrarrazões do Ministério Público, às fls. 86/88, requer o improvimento do recurso.

A Procuradoria de Justiça, mediante parecer, às fls. 99/102, da lavra da Dra. Andréa Karla Maranhão Conde Freire, manifesta-se pelo desprovimento do recurso.

Eis o importante a relatar.

Inclua-se na pauta.

Recife, 10 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator



112

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Recurso em Sentido Estrito nº	0001588-09.2014.8.17.0000 (0327197-8)
Comarca:	Tracunhaém
Vara:	Vara Única
Requerente:	David Felipe da Silva
Requerido:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça:	Andréa Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador:	1ª Câmara Criminal
Relator:	Des. Fausto Campos

VOTO

Sr. Presidente.
Sr. (a) Desembargador (a).
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Não há questões prejudiciais nem foram suscitadas preliminares, pelo que passo à análise do mérito.

A peça acusatória narra (fls. 02/03):

"(...) No dia 06/03/2012, por volta das 16:00 horas, na Rua Antônio Felipe de Souza, Centro, nesta cidade, em plena via pública, o denunciado, utilizando-se de um instrumento perfuro-cortante (faca-peixeira), atentou contra a vida de ROGÉRIO JOSÉ DA SILVA, causando-lhe as lesões descritas no Laudo Traumatológico de fl. 11, somente não alcançando seu intento por circunstâncias alheias a sua vontade, materializadas pela intervenção de terceiros.

Assim agindo, o denunciado deu início a um crime de homicídio que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, eis que foi contido pelo policial que estava à paisana.

O crime foi praticado porque a vítima estava jogando baralho, juntamente com outras pessoas, quando chegou o acusado, insistindo para participar e a vítima não permitiu motivo pelo qual o acusado saiu do local e, posteriormente, retornou armado com uma faca peixeira e investiu contra a vítima, desferindo-lhe vários golpes.

As provas colhidas durante a instrução criminal foram suficientes para embasar a Pronúncia do acusado. A propósito, destaquemos as provas produzidas que dizem respeito sobre os indícios da autoria, eis que a materialidade é Incontestes.

O acusado David Felipe da Silva (CD-fl. 68) confessa a autoria do delito, contando com riquezas de detalhes o *modus operandi*, mas diz que não teve a intenção de matar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

As testemunhas Anderson e Gildo, em Juízo (CD-fl. 68) informaram que esteve presente no lugar do crime e confirmam que o acusado desferiu a facada com o intuito mortal de atingir a vítima.

Portanto, sem razão a Defesa quando requer a desclassificação para o crime de lesão corporal, uma vez que restou comprovado indício de autoria de tentativa de homicídio e que o ânimo do acusado era de matar a vítima e não de lesionar.

Assim, havendo duas versões dos fatos, nesta fase de admissibilidade da acusação, eventuais dúvidas devem ser dirimidas segundo o princípio do "*in dubio pro societate*" e não haverá qualquer prejuízo para o Ministério Público ou para a Defesa, pois todos os aspectos do fato serão devolvidos ao conhecimento do Conselho de Sentença.

As teses trazidas pelas partes devem ser submetidas ao Conselho de Sentença. O que por si só, demonstra a necessidade de constar da pronúncia, a fim de que a causa seja submetida em sua plenitude ao Júri, juiz natural nos crimes dolosos contra a vida.

A pronúncia é apenas um juízo de admissibilidade da acusação, no qual é exigido apenas o convencimento da prova material do crime e da presença de indícios de autoria. Ademais, com o advento da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008, a sua fundamentação deve ser a mais sucinta possível, conforme disposto no artigo 413 parágrafo único, do Código de Processo Penal, *in verbis*:

"A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadas e as causas de aumento de pena".

A razão da nova regência é no sentido de que a sentença de pronúncia somente dispense a fundamentação necessária, evitando-se que a motivação destas decisões, em qualquer fase, no Juízo do Conhecimento ou no Tribunal, seja objeto de exaltação quer pelo Representante do Ministério Público, quer pela Defesa, conforme lhes aprouver, o que deve ser evitado, pois não são os juízes togados os julgadores dos delitos contra a vida; e sim, os Senhores Jurados que escolherão a versão sobre os fatos que lhes parecer mais verossímil, quando do julgamento em plenário.

O conjunto probatório é constituído de indícios suficientes para levar a matéria ao deslinde do tribunal competente, visto que também deverão ser dirimidas pelos Jurados, já que, em tese, são compatíveis com as provas até aqui apuradas, pois em matéria de delitos contra a vida, quem dirá a última palavra é o Conselho de Sentença.

Portanto, não havendo certeza sobre as alegações da Defesa, caberá ao Conselho de Sentença examinar as teses defensivas.

Pelo exposto **NEGO PROVIMENTO** ao recurso do Apelante para que o recorrente seja submetido ao julgamento do Conselho de Sentença do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

do Júri, pelo crime previsto no artigo 121, §2º, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, contra a vítima Rogério José da Silva

É como voto

Recife,

01 de julho de 2014

Des. Fausto Campos
Relator